



Discussões preliminares a partir de pesquisas acadêmicas que centralizam a representação dos indígenas na imprensa de MS¹

SOUZA, Lynara Ojeda (Mestranda)²

MIGUEL, Katarini Dra.(Orientadora)³

Resumo: O presente artigo busca discutir, de forma teórica e reflexiva, a pretensa representação social feita pela imprensa de Mato Grosso do Sul (MS) acerca da população indígena. Pretende verificar como tem sido a cobertura jornalística sobre o tema e quais discursos são utilizados para a construção dessas representações. Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos em artigos e livros que vinculam a temática indígena e mídia. A partir dessa pesquisa, é possível verificar se a imprensa, que deveria pautar uma discussão democrática e respeitando as especificidades culturais dos povos indígenas, tem cumprido esse papel ou acaba se transformando em um espaço que reproduz as relações de poder da sociedade, com a classe dominante mantendo a força de seu discurso nos jornais e os grupos subalternos se mantendo à margem. Compreender como a imprensa representa a questão indígena sugere fortes indicativos a respeito de como esse tema está sendo interpretado e incorporado pela sociedade.

Palavras-chaves: *Jornalismo Sul-mato-grossense; Povos Indígenas; Representação Social.*

Introdução

Dados do Censo Demográfico divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010) apontam que o Mato Grosso do Sul (MS) abriga a segunda maior população indígena do país, com 73.295 índios, perdendo apenas para o

¹ Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 3º Encontro Centro-Oeste da Rede Alcar de História da Mídia, 2016.

² Jornalista, mestranda em Comunicação (linha de pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), email: lynaraojeda@gmail.com.

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (linha de pesquisa: Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e-mail: katarini.miguel@ufms.br.



Amazonas. O último levantamento geográfico realizado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) indica que os índios estão organizados em 74 aldeias e 11 acampamentos, sendo que 66,5% deles pertencem às etnias Guarani e Kaiowá e estão concentrados nas regiões do Estado denominadas como Grande Dourados, Cone Sul e Sul Fronteira. O município de Amambai, localizado na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, possui a maior população de índios do Estado, com 7.225 habitantes, seguido da cidade de Dourados, com 6.830 índios.

No que diz respeito à proporção da população da cidade, Japorã ocupa o primeiro lugar com 49,4% dos habitantes indígenas, seguido de Paranhos, com 35,7%; e Tacuru, com 35,6%. Os três municípios estão localizados na região do Cone Sul.

Os dados do IBGE ainda totalizam os chamados índios urbanos em aproximadamente 5.657. Número que tem aumentado cada vez mais. A cidade de Campo Grande, de acordo com o Censo, aproximadamente seis mil índios, distribuídos em cinco aldeias urbanas reconhecidas.

Nestes espaços, cada sociedade indígena possui suas características sociais próprias, histórias de contato, negociações, resistências e alianças.

As populações indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul são marcadas por um processo histórico de contato interétnico agressivo e violento, no bojo do qual foram constantemente desafiados a moldar e remoldar sua organização social, construir e reconstruir sua forma de vida e desenvolveram complexas estratégias, alternando momentos de confrontos diretos, permeado por enorme gama de violência, negociações, trocas e alianças. (BRAND E NASCIMENTO, 2006 apud AGUILERA URQUIZA, 2012, p.149).

Nesse cenário, Otre (2014, p. 1) coloca outros conflitos que acompanham a trajetória dos indígenas e que acabam por colocar o direito dessas populações em xeque.

Como minoria étnica e ocupando as margens da sociedade atual sofrem há muito tempo as consequências do choque cultural nesta configuração urbano-industrial. Primeiro as doenças, as dizimações por guerra, a domesticação, a catequese. Depois, os embates no plano ideológico e simbólico se sobressaem e isso é muito mais perceptível em locais onde se convive cotidianamente com essas populações.



Por precisarem se reorganizar em pequenas extensões de terras, quase sempre insuficientes para a sobrevivência, acabam tendo que enfrentar uma série de problemas complexos, como a migração para as periferias das cidades, explosiva densidade demográfica, acirramento das disputas territoriais e aumento das violências.

Como alternativa esses povos passaram a se estabelecer em aldeias urbanas criadas pelo município, com o objetivo de resolver problemas de política de distribuição de terras e para administrar o êxodo rural indígena, impulsionado pela precariedade, insuficiência de terras que lhes possibilitassem uma condição de vida melhor e pela expectativa de novas oportunidades em perímetro urbano.

Segundo pesquisa desenvolvida por Marcos (2015), em Campo Grande, capital do Estado, está a Aldeia Marçal de Souza, habitada por 200 famílias, com um montante de 1.050 pessoas, morando em 135 casas, sendo esta a primeira aldeia urbana do Brasil - conhecida como loteamento social Marçal de Souza - localizada no bairro Tiradentes. Em 2007, foi criada a Aldeia Professor Darcy Ribeiro, situada no Jardim Noroeste, sendo a terceira aldeia criada no Mato Grosso do Sul, contendo 98 casas, frutos da reivindicação do Conselho Municipal de Indígenas. Na capital existem ainda com a Aldeia Tarsila do Amaral, onde residem cerca de 60 famílias em condições precárias, sendo considerada “aldeia-favela”. A Aldeia Água Bonita I e II, composta por cerca de 200 famílias que vivem em situação de extrema precariedade e aguardam a regularização da área. E por fim, um loteamento próximo ao Núcleo Industrial do município, que ainda não está regularizado, porém os indígenas que ali habitam não pretendem deixar o local e lutam por recursos e regularização das áreas.

Esses dados evidenciam a urgência da questão indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, e o intenso processo migratório que gera conflitos, violação de direitos e instabilidade social. Para Otre (2014), os conflitos que relacionam populações rurais e indígenas refletem nas populações urbanas no MS, que não os veem de forma favorável. Como agravante, a reivindicação principal é o reconhecimento de suas terras, que



enquanto para os produtores significa propriedade particular e consequente capital, para os indígenas é o seu *tekoha*⁴.

Mas a problemática ganha relevância e espaço na esfera de visibilidade quando midiaticizada, quando representada socialmente pelos veículos de comunicação. Nesse sentido, o presente artigo busca discutir a pretensa representação social feita pela imprensa, na tentativa de fazer uma reflexão acerca da formação de um sistema que orienta o sujeito a pensar, a partir de levantamentos bibliográficos feitos em artigos e livros que vinculam a temática indígena e mídia, como essa representação vem sendo construída. Entender como a imprensa representa a questão indígena sugere fortes indicativos a respeito de como esse tema está sendo interpretado e incorporado pela sociedade.

Representações sociais e o indígena na mídia

As representações sociais são vistas como sistemas de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para se orientar no contexto social e material “tornando inteligíveis a realidade física e social e integrando-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios” (MOSCOVICI, 1978 apud BRAGA & CAMPOS, 2013, p. 108).

Para Moscovici (2012), os sistemas de classificação e descrições que circulam dentro de uma sociedade implicam em um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que reflete um conhecimento anterior que quebra as amarras com a informação presente.

Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. Isso é assim, não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis* (MOSCOVICI, 2012, p. 41).

⁴ De acordo com Otre (2014), “mais do que um pedaço de chão, que um território físico, o Tekoha refere-se à terra tradicional; é o local de pertencimento da cultura guarani. A relação dos indígenas com a terra é a que garante sua sobrevivência já que é ela a responsável por lhes conceder a comida, a água, o local para enterrar seus mortos”.



Freire Filho (2005) salienta que as representações são organizadas e reguladas pelos diferentes discursos (legitimados, naturalizados, emergentes ou marginalizados) que circulam, colidem e articulam-se num determinado tempo e lugar, sendo parte fundamental do processo social de constituição de sentido. Sendo assim,

A construção (ou supressão) de significados, identificações, prazeres e conhecimentos – nos espaços e mercados midiáticos - envolve, necessariamente, a disputa pela hegemonia entre grupos sociais dominantes e subordinados, com conseqüências bastante concretas no tocante à distribuição de riquezas, prestígio e oportunidades de educação, emprego e participação na vida pública (FREIRE FILHO, 2005, P. 5)

O jornalista utiliza essas representações sociais para tornar legítima uma determinada visão hegemônica a respeito dos indígenas. De acordo com Moscovici (2012, p. 64), “na verdade, qualquer pessoa que tenha sido jornalista, sociólogo ou psicólogo clínico, sabe como a representação de tal ou qual gesto, ocorrência ou palavra, pode confirmar uma notícia ou um diagnóstico”.

Referente à temática indígena observa-se que são raras as vezes que se encontram as vozes de lideranças sendo efetivamente representadas e suas reivindicações pautadas pela imprensa. Minardi observa que os porta-vozes indígenas são, em sua maioria, instituições, organizações não governamentais, que assumem a lacuna deixada pelo Estado e mídia, no que diz respeito à garantia dos direitos indígenas. “Direitos esquecidos por se tratar de assuntos de um grupo social desprivilegiado. A representação social é definida por estereótipos, sendo a reafirmação de uma comunicação dominante. Mídia e índio geram temas conflituosos” (MINARDI, [s.d], p. 5). E acrescenta:

A forma como a mídia representa os índios influencia na maneira como eles mesmos são vistos pela sociedade. Infelizmente, na maioria dos casos a representação social do índio apresentada pela mídia distorce fatos, excluindo testemunhas indígenas para privilegiar interesses políticos (MINARDI, [s.d] p. 5).



Melo ([s.d.], p 2) chama atenção para o fato de que “o discurso midiático – que deveria ser o terreno da crítica à ordem vigente para romper com o consenso que não seja resultado de debate público – se transformou em um reforço da ideologia dominante e, assim, da permanência da exclusão de minorias”. O uso dos estereótipos e características entendidas pelos sul-mato-grossenses como parte da cultura indígena – como violência doméstica, suicídio, assassinatos – também contribuem para uma deformação na representação dessas populações, agravando a exclusão com as quais eles vêm lidando constantemente. Ou seja, a ideia estigmatizada da população a respeito dos indígenas é, em parte, responsabilidade da mídia, que muitas vezes rotula e reproduz modelos preconceituosos.

A autora ainda analisa que “normalmente, quando se reproduzem opiniões de outro, faz-se a escolha de palavras para construir o discurso. Embora isso pareça uma atitude ingênua, nunca está livre da carga ideológica de quem faz o texto, uma vez que esta seleção não é aleatória” (MELO, s.d., p. 5).

O jornalismo deseja ser referencial, como se o fato contasse a si mesmo, mas por trás de qualquer dizer há um sujeito – o repórter, o editor, o dono do jornal – e mesmo que a imprensa tente apagar esse sujeito, numa estratégia discursiva de legitimar o discurso que prevalece como imparcial, objetivo, mas que subliminarmente é um reforço do senso comum dominante.

Sousa (2014) apud Miguel (2004) lembra que a linguagem é mediada entre o mundo, as ideias e as imagens que temos dele. O autor avalia que o discurso pretensamente objetivo dos jornais procura que o sujeito enunciadador se anule ao máximo face ao objeto enunciado, para esconder um processo objetivo que vai terminar com a recepção, “a percepção e integração cognitiva da notícia na mente do receptor, mediadas pela linguagem, num enquadramento circunstancial que abarca aspectos pessoais, sociais e ideológicos” (SOUSA, 2014 apud MIGUEL, 2004, p.18). As notícias são entendidas enquanto meras representações e não reflexo dos fatos isentos de valores. Gadini (1999, p. 14) acrescenta que "falar em jornalismo é, então, falar em



fragmentos de realidade, resultante de um jogo de fatores e códigos de produção discursiva".

Melo argumenta que a partir da definição de agenda-setting, onde assuntos são incluídos e excluídos, percebe-se que a mídia não é (e nem poderia ser) a realidade que vivemos todos os dias, mas a representação dessa realidade, com fragmentos recortados e remontados do cotidiano. “Ao contrário das teses defendidas em manuais de redação na defesa do mito da imparcialidade, verifica-se que o texto jornalístico é pleno em parcialidade: há a presença autoral do jornalista (e toda sua carga ideológica e cultural) e da empresa para qual trabalha (MELO, [s.d.], p. 4).

Para a mesma autora ao fomentar algumas idéias do senso comum, rechaça outras em sua agenda, deixando que os excluídos somente entrem em seu temário através de concessões: o exótico ou inusitado, em datas comemorativas ou de protesto ou como parte de outro temário maior e já constitutivo da sua agenda. “A mídia, na medida que seleciona o que divulga como sendo a realidade, e não sua representação, faz com que o leitor assuma o conteúdo como o todo e não como parte deste todo” (MELO, [s.d.], p. 4).

Segundo Marcushi (1991, p. 75) apud Melo ([s.d], p. 5), “apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informação, também uma certa tomada de posição diante do exposto”. E acrescenta: “é muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções” (MARCUSCHI, 1991, p. 92 apud MELO, [s/d], p. 5). No texto jornalístico, o redator se transforma em uma antena que recebe informações e as emite para o leitor/espectador, tarefa que não acontece de forma neutra.

De acordo com Jovchelovitch (2000, p, 90) apud (MELO, [s.d.], p. 3) mesmo que os efeitos da mídia em nossas sociedades sejam relativizados, “sua tendência para produzir significados e valores hegemônicos não deve ser subestimada”.

A mídia é ela mesma um ator chave no exercício do poder, particularmente naquelas sociedades onde a mídia, a indústria e o governo estão nas mãos da mesma família e onde a ausência de uma esfera pública forte impede o



escrutínio dos interesses privados que dirigem a indústria das comunicações (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 90 apud MELO, [s.d], p. 3-4).

A partir de levantamentos realizados em obras e artigos que tratam da representação midiática da questão indígena pode-se compilar e discutir resultados importantes para um entendimento, ainda que preliminar, a respeito da representação social desses povos na imprensa.

Melo ([s.d.]) pesquisou os jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, no período de julho de 2001 a abril de 2002, e demonstra que o índio só entra na pauta da imprensa em questões muito específicas: em primeiro lugar, quando é vítima ou autor de violência; em segundo, quando representa algo exótico ou inusitado, ou seja, no enfoque do inesperado. Temas como saúde, educação, ciência, terra e cultura indígenas não são enfocados ou são tratados segundo o senso comum formado sobre o índio, conceitos concebidos a partir da ideologia da classe dominante e deixando de abordar aspectos importantes sob a lógica da cultura indígena.

Com foco na imprensa sul-mato-grossense, Otre (2014) identificou a mesma dinâmica em sua análise quanti-qualitativa dos sites de notícias de Aral Moreira e de sites com repercussão estadual como o Campo Grande News e o Midiamax na cobertura de um caso ocorrido em 2011, com repercussão nacional e internacional, que foi a invasão por pistoleiros do acampamento Tekoha Guaiviry, em Amambai, o que culminou, conforme a denúncia por parte dos indígenas, com o assassinato de seu líder, Nísio Gomes. “Curiosamente, a mídia local/regional optou, majoritariamente, pelo silenciamento ou pela exploração político-partidária do tema, ao invés de aproveitar o momento para discutir a questão de maneira aprofundada” (OTRE, 2014, p. 2).

O espaço midiático reproduz as relações sociais da sociedade, com a classe dominante mantendo a força de seu discurso na imprensa e os grupos subalternos se mantendo à margem. Ijuim (2013, p. 49) explica que as relações entre “dominador” e “dominado” tem raízes históricas e sociais:

A história da civilização nos mostra quão antiga e a questão das relações de poder e a consequente implementação de processos de categorização social,



seja pela vigência de um sistema político, seja por imposição do conquistador sobre o conquistado ou por complexos artifícios de interculturalidade.

Para Braga e Campos (2011), a identidade indígena que a mídia apresenta é associada ao lugar do subalterno, silenciado, cuja característica aproxima-o de um sujeito menos humano, o que consiste em um processo de naturalização da desigualdade. “A identidade social do indígena que circula nos veículos de mídia é construída segundo formas impessoais e opacas, formando cidadãos de segunda e terceira classes” (BRAGA e CAMPOS, 2011, p. 119 -120).

É possível afirmar que fenômenos complexos como o preconceito são na verdade estruturas institucionais que, aparecem, sobretudo nos veículos de imprensa, como situações potencialmente comunicativas, validadas como contratos de comunicação, com o objetivo de manter e reproduzir os discursos das elites dominantes.

Considerações finais

Apesar de possuir a segunda maior população indígena do país, o Mato Grosso do Sul caracteriza-se como um estado em que essa população vive uma série de violações de direitos e desigualdades. Organizados em pequenos espaços de terras, muitos indígenas se viram obrigados a migrarem para outras localidades, entre elas, as cidades sul-mato-grossenses.

Ao se mudarem para as regiões periféricas urbanas, precisam lidar com a invisibilidade e o preconceito. Passam a viver em meio a uma sociedade que os reconhecem, mas os limitam, por ainda reproduzirem a idéia de que são exóticos, selvagens. A imprensa que deveria pautar uma discussão democrática e respeitando as especificidades culturais dos povos indígenas, acaba se transformando em um espaço que reproduz as relações de poder da sociedade, com a classe dominante mantendo a força de seu discurso na imprensa e os grupos subalternos se mantendo à margem.

Na mídia, a representação do indígena como “selvagem” é recorrente e o afasta da condição de “pessoa” “como nós”. A mídia, com sua grande participação na construção de representações, ao divulgar uma notícia num jornal de grande circulação,



situando-o em posição de inferioridade, fornece ao leitor uma ideia equivocada e violadora de que o indígena carece de atributos plenamente humanos.

Desde modo, a imprensa deixa de produzir notícias que abordam a situação em que os indígenas vivem: localidades de extrema pobreza, violência e precariedade. Além de desconsiderar que essa população se encontra em tal situação em função de migrações quase sempre forçadas, sendo uma violação do direito à terra. Ao não falar, a mídia deixa de exercer o papel fundamental de denunciar a desigualdade social em que vivem essa população. O discurso apresentado nas matérias jornalísticas é construído de forma a evidenciar projeções ideológicas, imaginários e visões preconceituosas.

O jornalista, ao buscar a constituição dos fatos, procura significar, classificar, resignificar, seja pela busca na memória coletiva, ou por sua compreensão sob o tema para propiciar a assimilação do leitor. Nesse sentido, observa-se que o índio é representado por características impostas pelo senso comum, sem a oportunidade dessas representações serem discutidas e pensadas. Assim, relatos apresentados pela mídia que tem como fontes “lideranças indígenas” nem sempre trazem os significados que os índios realmente querem mostrar para a sociedade.

O tema “povos indígenas” geralmente não interessa à mídia comercial, ora por complicações políticas, ora por desinteresse em relação aos problemas que eles enfrentam, pois se trata de uma minoria marginalizada. Por esse motivo, considera-se importante compreender um pouco do funcionamento dos bastidores de redações, no intuito de entender como são estabelecidas e priorizadas as escolhas pelas informações centrais de uma notícia, ou seja, suas fontes, suas ênfases e recortes.

O presente artigo se trata de uma discussão elementar e ainda preliminar, realizada a partir de outros autores, que deve ser ampliada, atualizada, aprofundada e comprovada empiricamente em pesquisas futuras. Porém, fica perceptível a necessidade de exaustiva reflexão sobre a relação estabelecida entre mídia e a temática indígena no Mato Grosso do Sul, e em como essa população tem sido representada na imprensa local.



Referências

BRAGA, Claudomilson; CAMPOS, Pedro Humberto. **Representações sociais, comunicação e identidade: o indígena na mídia impressa.** Revista Comunicação & Informação, v. 16, n. 2, p. 107-122, jul./dez. 2013.

FREIRE FILHO, João. **Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias.** Revista FAMECOS, n. 28. Porto Alegre, RS. Dez/2005.

GADINI, Sérgio Luiz. **A produção da cultura no jornalismo contemporâneo - considerações sobre o discurso da informação na construção da identidade.** Disponível em:
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/4670735c461f6901c3d6a5aed51a2db1.PDF>. Acesso em 22 de maio de 2016.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Imprensa e preconceito: o pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais.** Revista Estudos de Jornalismo, v. 2, p. 48-60, 2013.

MARCOS, Marina Cândido. **Índios urbanos: estratégias de territorialização em Campo Grande/MS.** 2015. Disponível em:
<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/21/571.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2016.

MELO, Patrícia Bandeira. **O índio na mídia: discurso e representação social.** [s/d] Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2016.

MIGUEL, Katarini Giroldo. **Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais.** 2009, 180f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, SP. 2009.

MINARDI, Déborah. **Mídia e Representações Sociais Indígenas: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá.** Disponível em:
<http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/30.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **Representação midiática, identidade indígena e o jornalismo no Mato Grosso do Sul.** Disponível em:



http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/3TrBTineVbRw7Us_2014-6-30-9-52-40.pdf. Acesso em 14 de abril de 2016.

URQUIZA, Antonio H. Aguilera; NASCIMENTO, Adir Casaro. **Conhecendo a criança indígena: diversidade cultural e educação entre as crianças Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul.** In Crianças indígenas – olhar multidisciplinar. Org: CANTU, Ariadne. Campo Grande, MS: Alvorada, 2012.